



CODE

MIGRAÇÕES
E DIREITOS HUMANOS:
PARTILHAR
A CONSTRUÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO

MANUAL DO PROJETO



Com o apoio financeiro da UE
<http://ec.europa.eu/europeaid>

Projeto AMITIE CODE

Awareness on Migration, development and human rights through local partnership - Capitalizing On Development
www.amitiecode.eu

Esta publicação integra contributos de todos os parceiros, sob a coordenação de:

Heike Kölln-Prisner
Município de Hamburgo

Lucia Fresa
Município de Bolonha

Annalisa Furia
Universidade de Bologna

Miles Gualdi
Município de Bolonha

Conceção gráfica e paginação: Studio Talpa - www.studiotalpa.it

Impressão: LITOSEI srl - Rastignano - Bologna

Os conteúdos deste documento são da exclusiva responsabilidade dos parceiros do projeto AMITIE CODE e não podem, em caso algum, ser considerados como expressão das posições da União Europeia

1 ORIGEM E CONTEÚDOS DO PROJETO

1.1	Valores e compromissos comuns	3
1.2	Lições do projeto AMITIE: ultrapassar a distância pelo conhecimento	5
1.3	Migrações, Desenvolvimento e Direitos Humanos	8
1.4	A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	10

2 OBJETIVOS DO PROJETO

2.1	Da sensibilização à prática	13
2.2	Garantir o empenho dos governos locais	15
2.3	Reforçar o envolvimento local dos cidadãos	16

3 ATIVIDADES E METODOLOGIAS

3.1	Atividades	17
3.1.1	EYD 2015, incluindo o "Festival Cinematográfico Terra di Tutti"	17
3.1.2	Formação inovadora para professores e funcionários públicos	19
3.1.3	"Nova geração de escolas" para alunos e jovens	22
3.1.4	Disseminação e comunicação	24
3.2	Identificar e mobilizar atores relevantes	26
3.3	Coordenação e gestão	27
3.3.1	Coordenação técnica e gestão do projeto	27
3.3.2	Supervisão e avaliação	28

1 ORIGEM E CONTEÚDOS DO PROJETO

Este projeto – como, aliás, deveria suceder com todos – baseia-se na partilha de princípios e convicções. Os princípios que o sustentam têm um suporte teórico mas, em paralelo, radicam nas experiências de cada um dos parceiros, tanto individuais como no passado conjunto, enquanto parceiros do projeto “*AMITIE – awareness on migration, development and human rights through local partnerships/parcerias locais para a sensibilização em migrações, desenvolvimento e direitos humanos*”.

Para uma melhor compreensão das atividades e metodologias utilizadas, começamos por explicar a nossa visão sobre os complexos fenómenos que este projeto abarca.

1.1 Valores e compromissos comuns (Contributo de Lucia Fresca)

Através da elaboração deste manual, os parceiros pretendem apresentar os objetivos e a metodologia do projeto a **qualquer cidadão ou organização potencialmente interessado**, tendo em vista disseminar a informação sobre o AMITIE CODE, por um lado, mas também, por outro lado, criar instrumentos para a ação, disponíveis para quem esteja interessado em desempenhar um papel ativo. Assim, considerámos importante partilhar os valores centrais e os princípios orientadores em que se baseia a parceria.

Para além disso, o esforço desenvolvido pelos parceiros na preparação conjunta destas diretrizes, naquela que é a primeira atividade comum do projeto, é igualmente uma reflexão coletiva sobre os valores partilhados, de forma a promover uma implementação consistente das atividades nos diferentes contextos nacionais e a apoiar a construção de uma visão europeia da educação para a cidadania global que incorpore a relação migrações-desenvolvimento. Finalmente, este documento reflete uma perceção de que os procedimentos e metodologias de implementação são determinantes na obtenção dos resultados esperados.

Começamos pelos **valores** que sustentam o projeto AMITIE CODE. Partimos do pressuposto de que o **compromisso** relativamente aos valores não é externo nem subsidiário em relação à implementação do projeto mas, pelo contrário, é parte integrante de todo o processo. Se cada um dos valores deve ser visto em estreita relação com os restantes, os princípios que aqui descrevemos não só têm um valor intrínseco como têm um impacto na qualidade da ação. Neste sentido, são vitais para enquadrar e contextualizar adequadamente os objetivos do projeto, assim como para orientar a metodologia, as práticas e os procedimentos de cooperação, tanto comuns como individuais, ao longo da sua execução – garantindo o compromisso teórico e prático com a abordagem AMITIE CODE.

Segundo o manual *Human Rights and Social Work*, do Centro de Direitos Humanos das Nações Unidas (1994), os **direitos humanos** são inseparáveis do conhecimento e da prática de todos os que desenvolvem **trabalho social**, com a seguinte definição: “uma profissão ligada aos direitos humanos, tendo como princípio básico o valor intrínseco de cada ser humano e como um dos principais objetivos a promoção de estruturas sociais equitativas, que possam assegurar segurança e desenvolvimento aos cidadãos e salvaguardar a sua dignidade” (p. 3). Antes de mais, os direitos humanos são parte integrante do nosso quadro legal, tanto em termos nacionais como europeus; são a expressão dos valores, padrões e objetivos fundamentais em que se baseiam as sociedades contemporâneas, pelo que todas as normas e sistemas lhes devem obedecer. Segundo, tal como sublinhado pelo Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos¹,

1 Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (2006) Frequently Asked Questions On A Human Rights-Based Approach To Development Cooperation, Nações Unidas, Nova Iorque, Genebra, pp. 16-18, disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/FAQen.pdf> (13 de novembro de 2015).

adotar uma abordagem baseada em direitos humanos significa almejar a concretização dos direitos das pessoas que estão **excluídas ou marginalizadas** e proteger os cidadãos cujos direitos são violados ou estão em risco. Este tipo de abordagem exige a adoção de uma visão holística, ou seja, que se tenha sempre em consideração o contexto em que estamos a operar na sua totalidade, desde a dimensão individual, familiar e grupal até ao patamar social, político e legal. Exige que se valorize sistematicamente a **participação** e o **papel ativo** dos cidadãos, de todos os que são beneficiários ou que se envolvem em cada atividade. Assim, uma abordagem baseada em direitos humanos tem não só um valor intrínseco em termos morais e legais como um valor instrumental, na medida em que aumenta a qualidade das nossas ações.

A questão da **responsabilidade individual, coletiva e institucional** é central em qualquer projeto que adote uma abordagem baseada em direitos humanos, como é o caso do AMITIE CODE. Se a responsabilidade institucional de executar e definir os objetivos e procedimentos de acordo com as normas e padrões nacionais de internacionais de direitos humanos parece ser mais evidente, a mesma responsabilidade se aplica aos indivíduos, que também têm, como realça o Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, “responsabilidades genéricas em relação à comunidade, em termos gerais, e, no mínimo, no respeito pelos direitos humanos dos outros”². As mesmas obrigações relativamente aos direitos humanos aplicam-se a grupos formais, organizações internacionais e outros atores não-estatais; a dimensão **coletiva** de alguns dos direitos humanos é muitas vezes crucial para que um determinado direito seja reconhecido e realizado.

O **reconhecimento** e **envolvimento** formal, ativo e consciencioso das **comunidades** locais/regionais é, na realidade, ou-

tro valor/compromisso crucial que sustenta a abordagem AMITIE CODE, pois esse processo de reconhecimento e envolvimento tem um grande impacto na capacidade de: compreender os múltiplos, diferentes, sobrepostos e por vezes conflituais contextos onde se insere qualquer intervenção; partilhar e adquirir ideias, pistas e perspetivas; garantir a identificação de atividades e procedimentos mais adequados às necessidades do contexto e às expectativas de todos os atores envolvidos.

Acreditamos que **valorizar a diversidade** é uma competência educacional e profissional crucial. É a capacidade de tratar os cidadãos de forma equitativa, de apoiar a igualdade e a justiça de oportunidades, de promover um clima de inclusão onde a **diversidade de pensamento e de formas de expressão** seja livremente partilhada e integrada. O manifesto para a diversidade cultural da UNESCO afirma que, em sociedades cada vez mais diversas como são as nossas, é essencial garantir a interação harmoniosa entre povos e grupos com identidades culturais plurais, variadas e dinâmicas, bem como preservar a sua vontade em viver em conjunto. A diversidade cultural é, neste sentido, uma das raízes do desenvolvimento, visto não apenas como crescimento económico, mas também enquanto meio para alcançar uma existência mais satisfatória em termos intelectuais, emocionais, morais e espirituais. A diversidade deve, assim, ser preservada, aumentada e entregue às gerações futuras, como registo das experiências e aspirações humanas, de modo a fomentar a criatividade e o diálogo.

Este projeto é um mecanismo de criação de uma **cooperação** duradoura entre os parceiros, reconhecendo o papel que cada um desempenha e trabalhando em conjunto para promover a mudança nas nossas cidades. A nossa cooperação baseia-se na **inclusão** e na **abertura**. Inclusão porque adotamos uma política de não exclusão da participação em função de raça, cor, género, orientação sexual, língua, religião, opinião, origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou qualquer outro estatuto. Abertura no sentido em que mantemos uma comunicação sincera e

² Ibidem, p. 4.

transparente entre os parceiros, mas também pelo compromisso que assumimos em **acolher** e **valorizar** as ideias e propostas dos beneficiários do projeto, dos *stakeholders* e de novos atores que se interessem pelo AMITIE CODE e/ou pelas questões que aborda.

A adoção de uma abordagem baseada em direitos humanos conduz ao desenho e execução de atividades **sustentáveis** e **replicáveis**, pois o objetivo é, através do reconhecimento e valorização da participação ativa de todos os atores, capacitar, reforçar competências e aumentar o conhecimento mútuo, a cooperação e os processos de circulação de informação. Alicerçado no reconhecimento e envolvimento das comunidades regionais/locais e numa abordagem inclusiva e aberta, o AMITIE CODE pretende ligar e tirar partido de experiências passadas ou atuais e responder às necessidades reais e persistentes de pessoas e territórios, sem replicar o que já foi feito, mas também sem querer “reinventar a roda”.

Conscientes de que **comunicar e informar** é um desafio que decorre da natureza educativa do projeto e da complexidade das questões abrangidas (e ainda mais numa altura em que as migrações são muitas vezes, erradamente, vistas como ameaça económica e de segurança para a Europa), partilhamos as prioridades de comunicação como forma de respeito pela dignidade humana e de apoio à equidade, à solidariedade e à justiça, bem como para promover o conhecimento público sobre as realidades e complexidades do desenvolvimento. As ferramentas de comunicação e informação devem, assim, ser **disponibilizadas a todos**, recorrendo aos dados disponíveis de forma facilmente compreensível, garantindo que todas as imagens têm a devida referência ao país ou pessoa retratada. Por outro lado, sempre que possível, os cidadãos cuja situação é retratada ou contada devem ter a oportunidade de contar a sua própria história, evitando linguagem ou imagens estereotipadas, recorrendo a meios de comunicação novos ou tradicionais.

1.2 Lições do projeto AMITIE: ultrapassar a distância pelo conhecimento

(Contributo de Lucia Fresa)

O AMITIE CODE é a continuação do projeto AMITIE, cujo objetivo foi reforçar as competências comunicacionais das autoridades locais europeias e dos atores não estatais relativamente a questões de migrações e desenvolvimento. Essas competências são consideradas essenciais para a promoção do nível de conhecimento e consciencialização dos cidadãos e das comunidades locais sobre os processos que ligam as migrações ao desenvolvimento global, procurando assegurar a compreensão relativamente às razões que originam movimentos migratórios e apoiando as cidades nos fenómenos de alterações demográficas e de diversidade cultural. Paralelamente, este esforço contraria a comunicação convencional, que normalmente não ajuda à identificação da complexidade.

Os parceiros AMITIE – da Letónia, Itália, Espanha, Roménia e Brasil – definiram que a ativação de um diálogo intercultural efetivo exige refinar a experiência dos operadores, de modo a alcançar uma audiência mais vasta, a ultrapassar os riscos de chegar apenas a círculos de cidadãos que já estão sensibilizados, o que acabaria por neutralizar os esforços de promoção de uma sociedade aberta e plural. O projeto AMITIE decorreu entre março de 2011 e maio de 2013 e no seu quadro foram executadas as seguintes atividades, todas centradas em formas de mitigar a distância por via do conhecimento (das questões, de cada um, de diferentes países e culturas, de instituições e papéis):

- **Investigação académica** sobre migrações, desenvolvimento e direitos humanos (MDDH) na Letónia, Itália, Espanha, Roménia e Brasil;
- 4 ciclos de **grupos focais sobre comunicação social**, envolvendo 135 pessoas (migrantes, pessoas com cidadania recente/“novos cidadãos” e outros atores) na Roménia, Letó-

nia, Itália e Espanha, que produziram recomendações finais para a formulação de campanhas de comunicação eficazes sobre MDDH³:

- **Plataforma de formação online** sobre MDDH, utilizada por 111 estudantes;
- **Formação de funcionários públicos** em Migrações, Desenvolvimento e Direitos Humanos, com uma pós-graduação em e-learning (81 pessoas formadas: 21 na Letónia, 30 em Espanha e 30 na Roménia);
- Formação de 30 funcionários públicos e agentes de desenvolvimento através de um **curso de estudos avançados** em Migrações, Desenvolvimento e Direitos Humanos (Itália)⁴;
- **Workshops de atualização para professores** de escolas secundárias, com formação em metodologias e instrumentos para a inclusão de conteúdos MDDH nos programas tradicionais nos países parceiros (85 professores, incluindo diretores de escolas);
- **Workshops para alunos** das escolas secundárias nos países parceiros do projeto AMITIE (550 alunos)⁵;
- **Uma campanha de comunicação transnacional** baseada no lema “*Esta é a minha história. Ou é a nossa?*”; a campanha integrou um festival internacional, com uma participação aproximada de 10 mil pessoas, numerosos eventos e seminários com diversos *stakeholders*, instrumentos de comunicação *online* e *offline* como infografias animadas e um blogue⁶.

A Comissão Europeia considerou o projeto como uma boa prática

3 <http://www.youtube.com/watch?v=2wTaEtgmEBQ>; <http://www.comune.bologna.it/amicie/training.php?id=13>

4 <http://www.comune.bologna.it/amicie/training.php?id=61>

5 <http://www.comune.bologna.it/amicie/training.php>

6 <http://www.comune.bologna.it/amicie/campaign.php>; <http://www.comune.bologna.it/amicie/festival.php>; <https://www.youtube.com/watch?v=L1Ya7ZuYGr4>

das autoridades locais em temas de educação para a cidadania global, especialmente no que diz respeito às dimensões de **participação e criatividade**.

De acordo com os parceiros, as mesmas atividades geraram diferentes resultados, em função da cidade onde decorreram e da diferente composição das parcerias. Na realidade, nos locais onde a parceria era mais numerosa e variada, os resultados incluíram um processo de mudança nas práticas ou políticas das autoridades locais. O processo de **envolvimento direto dos “novos cidadãos” e das comunidades e associações das diásporas** reforçou o conhecimento dos parceiros relativamente à variedade de recursos da sociedade civil, o que foi particularmente útil para as autoridades locais; permitiu a expressão da diversidade cultural; **criou/reforçou as relações entre diversos atores e projetos** como, por exemplo, entre os tradicionalmente identificados como “atores da cooperação” e os “atores da imigração”, oferecendo aos migrantes um espaço para que fossem protagonistas e produtores de “imagens urbanas” e histórias europeias. Cada pessoa envolvida neste projeto aprendeu com a **variedade de parceiros e participantes**, com diferentes **áreas de especialização e uma diversidade de abordagens** para trabalhar os mesmos temas.

A participação nas atividades propostas foi elevada, constante e variada, em termos de categorias de participantes, graças à diversidade de eventos oferecidos. A participação pode ser descrita como vasta e ampla, o que é considerado um bom elemento para acreditar que os participantes retiveram novos conhecimentos ou, pelo menos, foram positivamente influenciados. Os decisores políticos também participaram nas reuniões e eventos, especialmente nas cidades onde havia uma autoridade local parceira. O parceiro espanhol, pelo contrário, relatou a dificuldade em fomentar a participação em ações de formação ou campanhas sem qualquer tipo de remuneração ou compensação, pois usualmente as pessoas e as instituições não têm orçamento para atividades facultativas. É importante ter este risco em consideração e con-

centrar esforços na acessibilidade das atividades e nos incentivos à participação. Comum a todos os parceiros foi a importância de **planear as atividades educativas com antecedência**, particularmente no trabalho com as escolas. Um dos aspetos positivos foi o envolvimento ativo dos professores, executando os laboratórios em **horário escolar**, pelo que todos os alunos puderam participar e os professores viram como organizar eventos similares e gerir debates em torno de temas como os estilos de consumo ou as responsabilidades individuais e comunitárias no desenvolvimento global. Um segundo aspeto relevante foi a **cooperação com os mediadores culturais** que trabalham nas escolas.

A combinação entre o **conhecimento teórico** sobre migrações e os **exercícios práticos de educação não formal** ajudou os alunos a compreenderem a complexidade das migrações, com aspetos positivos e potencial de desenvolvimento para as comunidades europeias. Os alunos e os professores ficaram com maior conhecimento das diferentes expressões culturais e dos canais de comunicação e, por outro lado, foi possível melhorar a comunicação entre estudantes nacionais e estrangeiros, com recurso a atividades de reforço da compreensão mútua⁷.

7 Em Bolonha, foram formuladas as seguintes questões como forma de suscitar o interesse e estimular a interação sobre os temas:

1. A migração é um direito?
2. A migração é uma fonte de desenvolvimento para a economia e para a sociedade no seu conjunto?
3. Podemos considerar que o desenvolvimento é um direito humano?
4. Pode a migração ser um recurso para os países de origem dos migrantes?
5. Como é que um cidadão imigrante contribui para a riqueza e bem estar do nosso país?
6. Pode a liberdade de movimento e de circulação favorecer a existência de melhores condições para o desenvolvimento, tanto no país de origem como no país de residência do cidadão imigrante?
7. Como é que as políticas migratórias influenciam as hipóteses de um cidadão estrangeiro ser um recurso e uma fonte de riqueza para o país onde habita?
8. Como comunicar as migrações como um processo de desenvolvimento?
9. Como potenciar uma participação real dos cidadãos migrantes na construção de uma comunidade local integrada?

Um dos resultados imprevistos das atividades de formação dirigidas a autoridades locais e a ONG foi a **partilha entre profissionais** de diferentes áreas e departamentos. A apreciação dos participantes foi muito boa, e as atividades influenciaram positivamente a cooperação entre os diversos agentes. Os funcionários públicos aprenderam a importância da comunicação interna e externa enquanto ferramenta para a criação de inter-relações, de promoção de espaços de diálogo e de reforço do conhecimento e da confiança mútuos, o que se aplica às funções específicas que desempenham. A Universidade de Bolonha, por seu turno, salientou que um dos resultados do projeto foi um maior compromisso para a cooperação regular com autoridades locais e associações.

A campanha de sensibilização, liderada pela Cinemateca de Bolonha, criou um **espaço participativo de discussão e comunicação** onde o protagonismo foi assumido pelos migrantes; para ter um impacto real na mudança social e política, porém, deveria ter tido uma duração maior do que os 6 meses. Nalgumas cidades, o termo do projeto gerou o abrandamento das relações sociais e comunicacionais – que poderão agora, nesta nova fase, conhecer uma revitalização. Cada cidade parceira garantiu localizações estratégicas para os materiais e eventos da campanha. Em todos os locais onde o projeto decorreu foi reconhecido o potencial para aumentar o número de atividades de baixo custo que têm, no entanto, um grande impacto em termos educativos.

Os parceiros são consensuais no reconhecimento de que as atividades com **maior impacto foram a campanha de comunicação, as atividades de formação e os workshops nas escolas**. Foram planeadas diferentes atividades para diferentes grupos-alvo, tendo em consideração as necessidades específicas e os métodos mais apropriados. A campanha de comunicação teve também como alvo o **público em geral**, recolhendo uma avaliação positiva, particularmente resultante da opção por testemunhos reais de pessoas dispostas a partilhar a sua história com as comunidades locais. Estas testemunhas acolheram muito bem a participação

na campanha, uma ação que contribui para a sua integração na comunidade local. Em termos gerais, o público gostou da campanha, particularmente porque não tentava levar as pessoas a um pensamento “politicamente correto”, apenas retratava pessoas reais, a estudar, a trabalhar, a fazer ações de voluntariado – pessoas que trabalham em prol das comunidades.

A **igualdade de género** esteve sempre no horizonte, procurando-se a paridade entre participantes nas atividades, nos oradores, nos testemunhos, etc. A **sustentabilidade ambiental** foi garantida por uma utilização parcimoniosa dos recursos físicos, procurando-se reduzir ao máximo o uso de papel, de eletricidade, combustíveis, etc.

A **cooperação entre os parceiros** foi excelente, se bem que não tenha sido possível ultrapassar a distância criada por uma nova liderança política na cidade de Recife. Para além das reuniões de coordenação, foram mantidos contactos regulares por e-mail, telefone e skype, para a resolução de problemas e para a troca de ideias relativamente ao desenrolar do projeto⁸.

Na Letónia, o projeto ajudou a criar uma **boa cooperação com jornalistas**, mas o envolvimento com os meios de comunicação foi menos visível noutros países. As relações com as **autoridades estatais** foram fracas e deveriam ter sido pensadas mais profundamente, de forma a procurar a sustentabilidade e replicabilidade das atividades do projeto. Por fim, mas não menos importante, a **relação com os beneficiários finais e com o público-alvo** gerou expectativas e ideias relevantes para a continuação do projeto no AMITIE CODE.

8 “Foi preciso ultrapassar a própria diversidade interna dos parceiros AMITIE (diversidade de culturas, de formações de base, de profissões) para chegarmos a um consenso sobre a direção e a visão para o desenvolvimento da campanha e, em traços gerais, do próprio projeto, especialmente valorizando as nossas diversas capacidades, ideias e inspirações, que depois fizeram com que os produtos AMITIE fossem tão fortes e transnacionais” (Giulia Grassilli, coordenadora da campanha AMITIE)

1.3 Migrações, Desenvolvimento e Direitos Humanos (Contributo de Annalisa Furia)

As migrações, o desenvolvimento e os direitos humanos são fenómenos complexos e profundamente relacionados entre si. No futuro próximo, a compreensão das suas múltiplas dimensões e inter-relações, bem como a sua integração nas políticas, nas práticas e nos procedimentos representam um desafio central para as nossas sociedades.

As **migrações** já não podem ser apresentadas como um fenómeno ocasional, pois sempre foram, e vão certamente continuar a ser, um elemento estrutural das nossas sociedades. Sendo frequentemente analisadas em termos económicos ou de segurança, as migrações são, porém, um “facto social total”, ou seja, um fenómeno com implicações no conjunto da sociedade – nas esferas económica, jurídica, política, cultural e religiosa. São um fenómeno dinâmico e em constante mutação, com enorme impacto na vida dos que migram mas também naqueles que interagem, vivem e trabalham com migrantes e pessoas em movimento.

As migrações podem ser associadas, como muitas vezes sucede no debate público, a ideias e imagens de tragédias, sofrimento, abusos e atividades criminais, mas a realidade é que a migração é igualmente um recurso absolutamente crucial. Em si mesma, a migração é um apelo à mudança e, desde que adequadamente analisada e valorizada, pode transformar-se num importante vetor de mudança. O desenvolvimento tem sido definido predominantemente, na sua curta história, como crescimento económico e transferência de tecnologia, ou seja, aumento do produto interno, medido através do PIB. A ideia genérica é que o crescimento económico e a tecnologia podem fomentar um desenvolvimento abrangente – em termos sociais, educativos e políticos – das sociedades. A análise de muitos dos fracassos de projetos de cooperação para o desenvolvimento, em paralelo com a mudança radical de paradigma, proposta sobretudo por Amartya

Sen e Mahbub ul Haq, levou a que, desde a década de 1990, se adotasse uma noção mais apropriada: desenvolvimento humano.

O **desenvolvimento humano**, como consta do Programa de Desenvolvimento Humano, refere-se à “expansão da riqueza da vida humana, e não só da riqueza da economia onde os seres humanos vivem. É uma abordagem que se centra na criação de igualdade de oportunidades e de escolha para todos os cidadãos”.⁹ Em vez de se concentrar no crescimento económico, o desenvolvimento humano refere-se ao bem-estar das pessoas, na concretização das suas capacidades para serem e fazerem o que é relevante para as suas vidas.

Desde as muitas convenções e declarações das Nações Unidas à Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e às constituições nacionais, as normas e princípios dos **Direitos Humanos** são parte integrante do quadro jurídico nacional e europeu. Estes princípios dão às nossas sociedades objetivos comuns, valores, padrões e princípios de ação. Muitas vezes acusados de serem um instrumento dos interesses e da hegemonia do Ocidente, a proteção e promoção dos direitos humanos nas sociedades contemporâneas diz respeito sobretudo à promoção da equidade e da não-discriminação, através do reforço dos serviços sociais e do reconhecimento institucional das diferenças, pelo reconhecimento dos direitos culturais, individuais e coletivos, do direito à participação, bem como pela criação de estratégias de formação a diversos níveis, processos de capacitação e campanhas de comunicação. Os direitos humanos são, assim, um elemento precioso nas nossas vidas, são ferramentas de combate à desigualdade, aos abusos e à discriminação. A sua proteção não pode ser vista como um fardo que se impõe a terceiros. Deve, pelo contrário, ser vista como um dever comum, tanto individual como coletivamente.

⁹ Human Development Programme, What is Human Development?, disponível em <http://hdr.undp.org/en/content/what-human-development> (12 de novembro de 2015).

Cada um destes temas (Migrações, Desenvolvimento e Direitos Humanos) pode ser, e muitas vezes é, abordado isoladamente, recorrendo ao conhecimento, à linguagem e aos aspetos técnicos de cada sector. Só recentemente, fruto de um apelo à integração e à coordenação lançado por académicos e operacionais, o eixo migração-desenvolvimento adquiriu maior relevância nas agendas internacional e europeia.

Como sublinhado no Relatório de Contexto AMITIE, que é o quadro teórico em que se baseia o AMITIE CODE,¹⁰ a interligação entre desenvolvimento e migrações começou a ser equacionado nos anos 1970, através do contestado lema “Vamos ajudá-los na sua casa”. Mais tarde, as políticas migratórias passaram a basear-se no mito do retorno – mais cedo ou mais tarde – dos migrantes às suas “casas” e na conceptualização das migrações apenas em termos económicos.

Uma forma mais elaborada e complexa de ligar as migrações ao desenvolvimento, datada do início dos anos 1980, foi o conceito de **co-desenvolvimento**. Segundo Sami Naïr, o co-desenvolvimento é uma “proposta para integrar a imigração e o desenvolvimento de tal modo que tanto o país de origem como o país de destino beneficiem com os fluxos migratórios. Isto significa criar uma relação, por consenso, entre os dois países, na qual o contributo dos imigrantes para o país de destino não signifique uma perda para o país de origem”¹¹. Este complexo conceito é muito diferente do “Vamos ajudá-los na sua casa”. Implica pensar os migrantes como protagonistas ativos dos processos de desenvolvimento, de projetos comuns que podem beneficiar tanto as comunidades de origem como de destino, bem como os múltiplos

¹⁰ O Relatório de Contexto AMITIE, na primeira fase do projeto, foi escrito por Bernardo Venturi, Gustavo Gozzi e Annalisa Furia. O relatório está disponível em: http://www.comune.bologna.it/amitie/allegati/1329396739_Contexto%20Report%20%20full%20text%20web.pdf (12 de novembro de 2015). Ver particularmente as páginas 6 e 7.

¹¹ Ibidem, p. 6.

laços e formas de inclusão, reconhecimento e integração “aqui” e “além”. Sendo um conceito fascinante, o co-desenvolvimento acaba por ser apenas uma frase feita para projetos mais tradicionais em que os migrantes são envolvidos apenas como beneficiários ou que têm como objetivo facilitar o retorno dos migrantes, ou, ainda mais básico, a circulação de remessas.

Mais recentemente, em setembro de 2006, a Assembleia Geral das Nações Unidas organizou o Diálogo de Alto Nível sobre Migrações Internacionais e Desenvolvimento para discutir os aspectos multidimensionais das migrações internacionais e do desenvolvimento. As conclusões do Diálogo de Alto Nível levaram à adoção de muitos documentos e estratégias, incluindo a Comunicação da Comissão “Maximizar o Impacto das Migrações no Desenvolvimento” (COM (2013) 292 final). A segunda edição do Diálogo de Alto Nível decorreu em 2013 e levou à aprovação unânime de uma declaração onde se reitera a necessidade de analisar a “complexa inter-relação entre migrações e desenvolvimento”, em paralelo com a promoção “dos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos os migrantes, independentemente do seu estatuto migratório”¹².

Para além das declarações e documentos oficiais, integrar o Desenvolvimento, as Migrações e os Direitos Humanos é crucial para enfrentar eficazmente os desafios causados pelo fenómeno migratório e a desigualdade de capacidades que existe por todo o mundo. Mas é uma tarefa complicada e complexa, pois não significa meramente que os migrantes devam ser “ferramentas de desenvolvimento” ou que a cooperação para o desenvolvimento deva ser reforçada para prevenir as migrações. Significa, pelo contrário, que é fundamental ter consciência do impacto e das implicações que se cruzam nas Migrações, no Desenvolvimento

e nos Direitos Humanos, no seu conjunto e não apenas em dois dos eixos. Significa abordar, tanto na prática como teoricamente, estas questões de forma coordenada e integrada, mantendo um olhar crítico relativamente a qualquer instrumentalização de conceitos ou teorias ou a qualquer aproximação ou solução compartimentalizada.

Significa pôr as pessoas, sejam nacionais ou migrantes, e as comunidades no centro de qualquer ação ou interação. Significa defender uma **mudança real, e logo difícil e desafiadora**, na forma como refletimos, e agimos, as Migrações, o Desenvolvimento e os Direitos Humanos.

1.4 A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Contributo de Ulrich Schenck)

Outro alicerce do projeto é bastante recente: a **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Esta agenda ampla e multifacetada de reformulação dos Objetivos do Milénio alarga dos horizontes das políticas e dos políticos, afirmando princípios em linha com os objetivos (e bases) do AMITIE CODE.

A 25 de setembro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”¹³. A Agenda 2030 revê os Objetivos do Milénio, adota uma abordagem universal e atribui mais responsabilidades aos países desenvolvidos. Os novos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) ligam o princípio da sustentabilidade ao desenvolvimento económico, ambiental e social,

Quais são as novas dimensões? Uma alteração significativa

¹² Ver Declaration of the High-level Dialogue on International Migration and Development (A/68/L5), pontos 2 e 10, disponível em http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/68/L.5 (12 de novembro de 2015).

¹³ Para mais informação, ver <http://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>

é o ODS 16, que sublinha a importância da paz, da boa governação e de instituições inclusivas para o desenvolvimento sustentável. Numa primeira reação, alguns especialistas argumentam que a natureza sensível destas questões gera dificuldades de formular a meta em termos concisos, fáceis de comunicar e, sobretudo, de orientar para a ação.

Para além disso, os autores da agenda reconhecem a relevância das estruturas regionais e locais, da situação económica regional e dos desafios específicos colocados pelo desenvolvimento sustentável. “Os quadros regionais e locais podem facilitar a tradução efetiva do desenvolvimento sustentável em ações concretas a nível nacional” (alínea 21).

Existem atualmente muito mais atores transnacionais nas relações internacionais, incluindo empresas com operações à escala global, fundações filantrópicas (como a Fundação Bill & Melinda Gates ou a Open Society, criada por George Soros) e organizações não-governamentais globais, como a Greenpeace.

Importante para a construção de parcerias nos diferentes níveis espaciais é o objetivo 17: “Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável”.

Os promotores da agenda afirmam que é necessário “uma Parceria Global revitalizada e reforçada e com meios de implementação comparativamente ambiciosos” (alínea 60). Esperam que o documento seja o ponto de partida para um maior envolvimento internacional, reunindo governos, a sociedade civil, o setor privado e outros atores, com capacidade para uma acrescida mobilização de recursos.

Finalmente, estão previstos mecanismos de acompanhamento e revisão a diferentes níveis espaciais, que serão abertos, inclusivos, participativos e transparentes – reforçando o envolvimento de todos os *stakeholders* relevantes:

- A nível nacional, todos os Estados membros serão apoiados no desenvolvimento de respostas nacionais estruturantes

para a implementação global da Agenda. Estas respostas podem basear-se em instrumentos de planeamento previamente existentes, como as estratégias nacionais de desenvolvimento e de desenvolvimento sustentável.

- Os processos de acompanhamento e revisão a nível regional e local podem ser apropriados para instrumentos de aprendizagem com os pares, incluindo revisões voluntárias, partilha de boas práticas e discussão sobre metas comuns. Deverá iniciar-se uma cooperação entre autoridades e organizações regionais e locais.
- Igualmente importante, e inspiração para o desenvolvimento deste projeto, é o ODS 4, relativo à educação, que tem como objetivo garantir a educação de qualidade, inclusiva e equitativa, bem como oportunidades universais para a aprendizagem ao longo da vida. A meta 4.7, especificamente, afirma: “até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e competências necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável”. Os indicadores para a meta 4.7 ainda atualmente estão em discussão, mas a Agenda Educação 2030 da UNESCO será o quadro de referência para a implementação desta meta, que determina uma **abordagem cognitiva, sócio-emocional e comportamental**, ou seja, uma abordagem “transformativa”.

Resumindo, a definição e proclamação da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável marcou e influenciou o projeto, sublinhando a importância do co-desenvolvimento e da abordagem educativa, inspirando o caminho seguido pelo AMITIE CODE: trabalhar a nível local, com o fim de influenciar a mudança em

1 ORIGEM E CONTEÚDOS DO PROJETO

questões globais. A necessidade de ações e redes descentralizadas, a formação de laços entre cidades em países desenvolvidos e em desenvolvimento, são pontos enfatizados por esta Agenda.

2 OBJETIVOS DO PROJETO

Os objetivos do projeto, abaixo descritos, norteiam-se pela continuação do projeto AMITIE, levando a ação mais além. Os princípios e valores fundamentais são os mesmos, mas os objetivos estão agora pensados para a disseminação nas comunidades locais; serão testadas e implementadas práticas, com o envolvimento dos *stakeholders* que poderão continuar a desenvolver ações após o termo do projeto, pelo que será crucial garantir a cooperação de todos os atores relevantes. Para garantir um impacto duradouro, as autoridades locais devem ter um papel de destaque, sendo igualmente fundamental o envolvimento das comunidades locais.

2.1 Da sensibilização à prática (Contributo de Lucia Fresa)

O AMITIE CODE é um projeto de educação para o desenvolvimento (ou educação para a cidadania global) no campo da educação não-formal, com 14 parceiros em 6 Estados membros da UE, sob a coordenação de uma autoridade local. O papel das autoridades locais na educação para o desenvolvimento e nas atividades de sensibilização tem sido cada vez mais reconhecido. Na verdade, enquanto atores políticos podem ter competências específicas em áreas relacionadas com o desenvolvimento, como é o caso das migrações e da educação, por exemplo, e as suas ações podem provocar mudanças nas políticas e alterações nas atitudes dos cidadãos, o que, por sua vez, pode influenciar as políticas nacionais¹⁴. O AMITIE CODE pretende **levar o eixo migração-desenvolvimento da sensibilização à prática**, recorrendo a uma abordagem baseada nos direitos humanos. Começamos por recordar as principais características da política da UE, bem como os aspetos que o projeto pretende desenvolver pela prática.

Em dezembro de 2005, a União Europeia adotou a **Abordagem Global das Migrações (AGM)** para enfrentar os fenómenos migratórios de forma integrada, em parceria com os países terceiros, identificando três questões essenciais: migrações legais, migrações ilegais, migrações e desenvolvimento. Em dezembro de 2011 foi integrado um quarto pilar, relativo ao asilo e à proteção internacional.

Em 2007, o relatório da UE **Coerência das Políticas para o Desenvolvimento**¹⁵ reconhece claramente que existem outras políticas, para além da de cooperação, que têm forte impacto nos países em desenvolvimento – sendo certo que os departamentos que lidam com essas políticas têm muito pouca consciência desse facto. O comércio, o ambiente, as alterações climáticas, a segurança, a agricultura, as pescas, o emprego, as migrações, a sociedade da informação, os transportes e a energia são as áreas que têm impacto na situação económica, social, ambiental ou política, atual ou futura, dos países em desenvolvimento. No contexto destas políticas, foram identificados alguns pontos críticos, onde a sinergia com a política de desenvolvimento pode ser reforçada – e um desses pontos refere-se à questão das migrações.

Em 2013, a Comissão Europeia sublinhou que a coerência das políticas é determinante para a efetiva integração das migrações nas políticas de desenvolvimento, a todos os níveis, incluindo regional e local. Mais, os planos de desenvolvimento executados pelas autoridades locais geram maior atenção na medida em que as cidades têm o potencial para serem catalisadores de mudança social. Para além disso, a Comissão sustenta que o **efetivo envolvimento da sociedade civil no planeamento local** de questões de migrações e desenvolvimento deve ser reforçado e que, para maximizar os benefícios das migrações e do desenvol-

14 European Commission Staff Working Document, DEAR in EUROPE, SWD(2012) 457 final.

15 Documento de Trabalho da Comissão – Relatório da UE sobre a coerência das políticas para promover o desenvolvimento COM(2007) 545 Final.

vimento, é necessário reforçar a base de conhecimento¹⁶.

A relação entre as migrações e o desenvolvimento sustentável está agora plasmada na Agenda 2030, que sublinha o contributo dos migrantes para o desenvolvimento e afirma que uma melhor governação das migrações pode reduzir as desigualdades globais¹⁷. Perante esta retórica, foi publicado, em 2015, um artigo que analisa os debates políticos internacionais sobre as migrações e o desenvolvimento e os compara com as políticas e práticas reais de 11 países europeus (que estiveram na linha da frente dos proponentes deste discurso). A recolha documental permite comparar a política de migrações e desenvolvimento com os quadros institucionais para a sua formulação e execução, e a comparação demonstra que tanto as políticas como as práticas ainda estão numa fase muito experimental, com os países a enfrentarem dificuldades na transposição das suas posições internacionais para as suas próprias políticas. Mesmo salientando o potencial de desenvolvimento das migrações na arena internacional, a maioria das políticas nacionais ainda reflete uma visão das migrações como problema com implicações internas de curto prazo¹⁸.

A AGM presta mais atenção às políticas e atores nacionais, deixando de fora atores institucionais numerosos, importantes e muito criativos, nomeadamente as autarquias locais. Tradicionalmente, são os atores nacionais que gerem as migrações, e só recentemente a comunidade internacional começou a reconhecer as autoridades locais como agentes importantes das migrações e

do desenvolvimento. A Iniciativa Conjunta para as Migrações e Desenvolvimento do PNUD (2008), foi pioneira neste domínio e acabou de lançar, com a Organização Internacional das Migrações (OIM), um livro branco sobre a integração das migrações no planeamento local¹⁹. O livro branco confirma uma conceção do eixo migrações-desenvolvimento que reconhece a complexidade e a influência mútuas, tanto positiva como negativa, e afirma a **necessidade de adotar uma abordagem baseada nos direitos humanos às migrações e ao desenvolvimento, na qual o respeito pelos direitos dos migrantes tenha precedência sobre qualquer outra política**²⁰. Acrescenta que reconhecer que as migrações são um fenómeno de movimentos multidirecionais e que a “mobilidade humana” é um conceito mais apropriado do que “migração”, pois incorpora mais apropriadamente a complexidade e a natureza variada do movimento de pessoas, por relação com as oportunidades de desenvolvimento.

No decorrer do AMITIE CODE, como nem todos os parceiros participaram na primeira fase, os novos membros da parceria terão a oportunidade, através de atividades de formação, de conhecer as dimensões regionais/locais das migrações e do desenvolvimento, tanto em termos de tendências e padrões como do ponto de vista social, cultural e económico. Todos os parceiros irão montar mecanismo de consulta com os *stakeholders*, bem como garantir a participação de migrantes na coordenação do projeto. Os parceiros irão assegurar o **apoio institucional à criação de redes e ao reforço de associações de migrantes**, garantindo mecanismos que possam potenciar as suas capacidades

16 Comunicação da Comissão, Maximizar o impacto das migrações no desenvolvimento – Contributo da UE para o diálogo de alto nível no âmbito das Nações Unidas e próximos passos para aprofundar a ligação entre as migrações e o desenvolvimento COM(2013) 292 Final.

17 <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transforming-ourworld>

18 Keijzer, N., Héraud, J. and Frankenhaeuser, M. (2015), Theory and Practice? A Comparative Analysis of Migration and Development Policies in Eleven European Countries and the European Commission. International Migration. doi: 10.1111/imig.12191

19 White Paper: Mainstreaming Migration into Local Development Planning and Beyond, 2015, <http://publications.iom.int/books/white-paper-mainstreaming-migration-local-development-planning-and-beyond#sthash.WYqbWSMr.dpuf>

20 Ver o Relatório de Contexto AMITIE, “A human rights-based approach”, pp 13-20, http://www.comune.bologna.it/amitie/allegati/1329396739_Contexto%20Report%20-%20full%20text%20web.pdf

e a sustentabilidade das suas ações, tendo em vista a promoção tanto de projetos de co-desenvolvimento com os países de origem como da inclusão social, pela via da participação nas cidades de acolhimento. Um dos objetivos do projeto AMITIE foi aumentar a consciencialização e desenvolver a apropriação da relevância da coerência das políticas no seio das autoridades locais, especialmente a nível técnico, de forma trans-setorial. A construção de políticas coerentes, no entanto, não é uma tarefa fácil, exigindo uma estratégia de longo prazo – aliás, existem poucos exemplos de efetiva coerência de políticas para o desenvolvimento a nível local. Com o AMITIE CODE, os esforços concentram-se na elaboração, ou afinamento, desse tipo de políticas.

No quadro do AMITIE CODE, foram escolhidos alguns campos de intervenção: educação e formação de multiplicadores (funcionários públicos, associações de migrantes e professores), envolvimento de estudantes, jovens e membros da diáspora, mobilização de *stakeholders* tradicionais e novos e reforço das parcerias transnacionais em migrações e desenvolvimento.

Os objetivos do projeto, como se poderá ler mais adiante, são a mobilização de um maior apoio dos cidadãos para relações mais equitativas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, através da promoção de ações de visibilidade nas cidades, e afinar as políticas através da formação, da cooperação e da educação, tendo como alvo atores-chave e multiplicadores. O projeto pretende igualmente envolver ativamente estudantes e jovens, graças, nomeadamente, à presença da rede ECCAR em cerca de 80 cidades e 22 países, para promover a equidade, os direitos humanos e formas de vida sustentáveis, começando pelo próprio capital intercultural de que são detentores. Em relação aos multiplicadores, as ações de educação têm como destinatários professores do ensino secundário, funcionários públicos e associações de migrantes, almejando reforçar as políticas e construir capacidades para ativar o eixo migração-desenvolvimento.

2.2 Garantir o empenho dos governos locais (Contributo de Heike Kölln-Prisner)

As políticas de migrações e desenvolvimento são decididas a nível nacional e internacional, mas as autoridades locais têm um **papel vital na sua implementação à escala local**, processo repleto de desafios. Adicionalmente, o seu papel na implementação de ações descentralizadas, em conjunto com as ONG, particularmente organizações de migrantes ou de desenvolvimento, é muito visível aos olhos dos cidadãos. Por outro lado, os cidadãos podem ter influência a nível local, moldando o discurso e as ações da cooperação descentralizada. **As autoridades locais podem envolver-se de múltiplas formas**: os presidentes, os departamentos social, de educação, de trabalho, de urbanismo (com a habitação e os espaços verdes), até às forças policiais e outras autoridades que mantêm um contato direto e diário com os cidadãos, seja em circunstâncias normais ou excecionais. As autarquias locais podem enveredar por **ações de geminação**, influenciando assim a comunicação entre as autoridades das cidades abrangidas. Podem mobilizar cidadãos ativos e escolas nesse processo, procurando fazer com que a geminação seja real a diversos níveis espaciais e com todo o tipo de conexões laterais. As autarquias locais podem influenciar as próprias políticas, adotando o comércio justo, medidas de acolhimento, propondo uma educação que seja inclusiva. A implementação das políticas pode ser influenciada pela filosofia do co-desenvolvimento, sendo um exemplo e uma forma constante e transparente de promover o co-desenvolvimento.

No processo de elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ver a secção anterior), as autoridades locais são fundamentais na definição dos Objetivos 11 e 17.

ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) – Entre as várias metas definidas, destaca-se a importância do acesso inclusivo, economicamente acessível e sustentado **à habitação, à educação e a espaços abertos e verdes**, particularmente para grupos

vulneráveis, como as mulheres e as crianças. As autarquias locais podem, dentro das suas possibilidades, trabalhar para um contexto aberto e diverso, garantindo espaços e oportunidades para o encontro entre a comunidade civil das cidades, a troca de partilhas e de experiências, de prestar e receber ajuda e apoio.

ODS 17 (Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para um desenvolvimento sustentável) – Entre as várias metas definidas, a partilha de avanços tecnológicos é importante para **diminuir o fosso entre países desenvolvidos e em desenvolvimento**. As universidades, os centros de investigação e outros organismos que atuam à escala local ou regional podem contribuir para esta meta partilhando as suas descobertas e resultados, em primeira instância, com os seus pares em África ou na Ásia, assim reforçando a cooperação transcontinental. Podem montar programas de intercâmbio com universidades parceiras nesses continentes, dando aos estudantes a oportunidade de aprenderem com as experiências mútuas. A construção de parcerias transcontinentais é uma ação que pode ser desenvolvida por autoridades locais.

Resumindo, as autarquias locais são fundamentais para a aplicação de um modelo de co-desenvolvimento. Daí que este projeto se centre numa forte cooperação entre os governos locais e os seus diversos organismos e funções. Garantir que as autoridades locais estão empenhadas neste projeto e que sustentam os seus objetivos é essencial para o sucesso do AMITIE CODE.

2.3 Reforçar o envolvimento local dos cidadãos

(Contributo de Heike Kölln-Prisner)

“Num mundo cada vez mais complexo, os contributos dos cidadãos são um recurso crítico para a formulação de políticas. Um bom processo de tomada de decisão exige o conhecimento, a experiência, a visão e os valores do público. Aplicar decisões difi-

ceis depende do **consentimento e do apoio dos cidadãos**. Se os cidadãos não compreenderem e não se envolverem no processo de decisão, é muito fácil perder a confiança” (OECD, 2009). Nestes termos, para garantir a sustentabilidade de qualquer política relacionada com migrações/desenvolvimento, o envolvimento das autoridades locais pode ser complementado com o envolvimento dos cidadãos e dos *stakeholders* relevantes, criando assim condições para a criação de maiores benefícios. A visibilidade, a acessibilidade, a transparência e a participação dos cidadãos são princípios basilares das atividades do projeto, independentemente da sua natureza (eventos públicos, *online*, etc.). Estão previstos eventos e atividades que convidam à participação e ao contributo dos cidadãos, bem como a deles retirar benefícios, onde poderão verificar o papel das suas **rotinas quotidianas**: como consumidores, na ação política, na vizinhança, como voluntários, trabalhadores, membros de associações, clubes ou sindicatos, têm impacto no desenvolvimento – e no desígnio da mudança em prol do co-desenvolvimento. A dimensão educativa deste projeto sustenta-se nesta ideia: demonstrar a relação através de atividades concretas de aprendizagem, baseadas em situações locais. Em paralelo com as atividades de aprendizagem (para estudantes, professores, funcionários públicos), o envolvimento ocorre em mesas redondas, eventos de visibilidade, festivais, concursos, etc.

Importância acrescida é dada à participação de associações de migrantes, que serão envolvidas em diversas atividades, com o objetivo de conhecer a sua experiência, incentivar a participação de cidadãos migrantes e reforçar as ligações com os países de acolhimento.

3 ATIVIDADES E METODOLOGIAS

As atividades não podem ser separadas das metodologias que orientam o seu desenho e planificação. O que se sabe há muito tempo na educação (o tópico e o método devem andar lado a lado para que se atinja o melhor resultado possível) aplica-se a este projeto. Uma gestão de projeto que seja um processo baseado em metodologias é tão importante para o sucesso como o trabalho desenvolvido nas áreas específicas de cada tópico. As próximas secções descrevem as opções metodológicas, sendo certo que algumas já foram explanadas na apresentação das atividades (por exemplo, os dois tipos de formações).

3.1 Atividades

As atividades desenvolvidas no AMITIE CODE são concebidas e executadas tomando em consideração os **valores comuns** das experiências dos parceiros bem como o conhecimento teórico, como explicado no Capítulo 1. As atividades que a seguir se apresentam são desenhadas para destacar os fins e objetivos do projeto mas, paralelamente, representam os valores com que todos os parceiros se comprometeram.

Nem todas as atividades decorrem em todos os países presentes na parceria, mas todos os parceiros participam no planeamento e organização. Neste sentido, as atividades resultam da cooperação e da participação.

Cada atividade planeada tem um efeito específico na sustentabilidade do projeto: os materiais de formação serão utilizados após o fim do projeto, as redes e relações de cooperação serão mantidas (se for o caso), os materiais de comunicação podem ser usados em campanhas futuras, o manual pode ser utilizado por outras comunidades/organizações para implementação de parte das atividades do projeto noutros locais, os eventos culturais (incluindo os concursos) podem produzir materiais ou exposições que podem ser exibidos.

Muitos outros resultados do projeto contribuem para a sustentabilidade, do qual o não menos importante é a experiência das pessoas e organizações implicadas na ação. Finalmente, este manual pode ser considerado como um contributo adicional para a sustentabilidade e replicabilidade do projeto.

3.1.1 Festival do Desenvolvimento 2015/Ano Europeu do Desenvolvimento (EYD2015), incluindo o “Festival Cinematográfico Terra di Tutti”

(Contributo de Sefania Piccinelli, Giorgia Bailo)

O Festival do Desenvolvimento 2015/Ano Europeu do Desenvolvimento é a única atividade do projeto que foi implementada antes da produção deste manual. Resulta da experiência de 8 anos do GVC na promoção do Festival *Terra di Tutti*, que tem como objetivo sensibilizar e mobilizar o público para as migrações e o desenvolvimento recorrendo a filmes e documentários²¹.

A 9ª edição do Festival, que decorreu no Ano Europeu do Desenvolvimento (AED), foi enriquecida com a participação de novos protagonistas, pelo que o nome foi alargado para Festival de Arte *Terra di Tutti – Direitos, Comunidades e Cooperação em Cinema Social e Artes Performativas*. A arte, nas suas várias expressões, é uma ferramenta única para comunicar crenças profundas, ligadas aos sentimentos e emoções das pessoas; por esta razão, **a arte é uma via para colocar o público em contacto com diferentes culturas e mundos.**

Cinema social

Desde 2007 que o Festival *Terra di Tutti* exhibe documentários e

21 <http://www.terraditutfilmfestival.org/en/programma>

cinema social do sul global. A edição 2015AED destaca as migrações e o desenvolvimento, apresentando cerca de 60 vídeos e documentários que descrevem os fluxos migratórios, a busca de água e de terra, as questões das alterações climáticas, a luta pela igualdade de direitos, a cidadania ativa e outros assuntos conexos. Cada exibição é introduzida por um debate com os realizadores ou especialistas no tema específico abordado no filme.

O Festival colabora com outros festivais e eventos, de forma a alargar o público e grupos alcançados.

As sessões de exibição dos filmes são abertas ao público, mas também a grupos específicos, como escolas e estudantes: há uma matiné para escolas secundárias, com debates com os realizadores e especialistas, com recurso a metodologias interativas. Os grupos vulneráveis, nomeadamente os jovens do centro de detenção juvenil de Bolonha, também participam nestas exibições dirigidas às escolas locais.

Comunicação e artes performativas.

O Festival *Terra di Tutti* abriu concurso para o financiamento, exibição ou representação de projetos artísticos sobre direitos humanos, migrações e desenvolvimento. O **objetivo do festival** é reunir experiências que possam contribuir positivamente para alcançar os propósitos do Ano Europeu do Desenvolvimento da União Europeia, dando prioridade a ações que:

- Destaquem o eixo migrações-desenvolvimento, ligando o objetivo do desenvolvimento às causas e consequências visíveis das migrações.
- Promovam a consciencialização dos cidadãos da União Europeia sobre a forma como os seus países estão a enfrentar os desafios na origem dos fluxos migratórios.
- Sublinhem boas práticas da cooperação para o desenvolvimento da UE e o papel das associações e instituições de mi-

grantes enquanto atores-chave transnacionais.

- Reforcem as oportunidades de cooperação entre os agentes de desenvolvimento, as instituições e a sociedade civil no âmbito no desenvolvimento, das migrações e da promoção dos direitos humanos.
- Desenvolvam o conhecimento, a consciência e as capacidades dos cidadãos e das autoridades locais relativamente aos desafios, oportunidades e experiências que emergem da ligação entre desenvolvimento, migrações e direitos humanos.
- Realcem a compreensão pública sobre o papel central da UE, e de outros agentes, na redução da pobreza.

Os projetos selecionados incorporam no festival diferentes linguagens e ferramentas, permitindo chegar a **diversos grupos-alvo**: banda desenhada, música, instalações audiovisuais, dança, teatro, demonstrações culinárias, o que possibilitou alcançar um público mais vasto. Atenção especial é dada aos jovens e aos grupos desfavorecidos, especialmente refugiados e residentes em centros de acolhimento. Os *stakeholders* nacionais e internacionais (cidadãos, autarquias locais, associações e grupos informais, etc.) integram-se graças à utilização de metodologias interativas e à multidisciplinaridade.

A dimensão **multidisciplinar** é desenvolvida a diversos níveis: o tipo de atividades (*workshops*, conferências e reuniões com especialistas e autores, exposições e instalações multimédia, teatro e performances audiovisuais, dança, etc.), de parcerias e *stakeholders* (autoridades locais, ONG, cidadãos, grupos sub-representados, etc.), de participantes (especialistas e público em geral, grupos organizados) e o alcance geográfico.

A **metodologia** dos projetos selecionados é interativa e participativa, procurando promover o diálogo e a mudança pela via da interação entre a audiência e entre esta e os atores. Esta metodologia é coerente com a linha de todas as atividades do AMITIE CODE, permitindo dar à audiência uma perspetiva abrangente, refletindo e compreendendo pontos de vista de terceiros, uma

noção de responsabilidade global e uma reflexão sobre direitos humanos, migrações e desenvolvimento, incluindo a inter-relação entre estas questões.

Para além das sessões de cinema, das performances e das exposições, promove-se a **comunicação** dos temas do AED2015 nos canais web, especialmente nas redes sociais e nas páginas dos parceiros, e com materiais promocionais (programa, catálogo, sacos, pins, t-shirts). A imagem do festival está ligado ao tema das migrações e direitos humanos, de forma a que tanto o público em geral como os especialistas identifiquem imediatamente a mensagem e o foco do evento.

3.1.2 Formação inovadora para professores e funcionários públicos

(Contributo de Carolina Damià Ordaz, Annalisa Furia)

As atividades locais de formação inovadoras serão implementadas por um parceiro em cada país, com um total de 1 projeto-piloto para professores, 6 formações nacionais para funcionários públicos e 5 formações nacionais para professores. As ações de formação pretendem aumentar a sensibilização dos funcionários públicos e dos professores para a complexa relação entre migrações, desenvolvimento e direitos humanos. Com a formação, os funcionários e os professores adquirem conhecimentos e são orientados para ações que podem desenvolver nas suas respetivas áreas de atividade. A inovação reside na noção de co-desenvolvimento e no destaque dado ao envolvimento das autoridades locais e dos cidadãos.

3.1.2.1 Resultados esperados e grupos-alvo

Os alvos específicos das formações são os funcionários públicos e os professores, bem como os estudantes e as associações de migrantes. Os beneficiários indiretos são os estudantes, na medida em que os seus professores terão competências reforçadas para abordar as complexas questões do co-desenvolvimento.

A formação mobiliza políticos, funcionários públicos e outros agentes que trabalham na cooperação para o desenvolvimento, ativistas pró-migrações e antidiscriminação. O número estimado de profissionais treinados é de 180, com 800 beneficiários indiretos, a que se acrescenta um grande número de autarquias locais alcançadas por via de atividades de disseminação.

As escolas e os professores do ensino secundário são multiplicadores de experiências e práticas positivas de apoio à cooperação entre comunidades locais de diferentes países. Serão 210 professores formados, 600 beneficiários indiretos e pelo menos 2500 alcançados por ações de disseminação.

A formação de professores em questões de desenvolvimento não é usualmente vista como tendo impacto no desempenho dos alunos, pelo que não é prioritária. No entanto, quando os professores têm uma aprendizagem experimental sobre desenvolvimento, por norma consideram-na pessoal e profissionalmente enriquecedora.

O projeto-piloto de formação, que decorrerá em Itália, beneficiará mais 1700 estudantes.

A formação de professores e de funcionários públicos envolverá pelo menos 60 associações de migrantes, como multiplicadores de experiências e práticas positivas de apoio à cooperação para o desenvolvimento e a iniciativas de educação, tanto nos países de origem como de acolhimento. Muitas mais serão alcançadas por ações de disseminação.

O corpo de formadores terá elementos de várias agências e será multidisciplinar, com uma abordagem participativa e orien-

tada para a prática, com o objetivo de reforçar as competências e conhecimentos dos professores e dos funcionários nos temas do projeto e de promover a cooperação entre as autoridades locais, que irão garantir a formação, e as associações de migrantes e outros atores-chave associados à sua execução. Todo o processo será amplamente disseminado através de um folheto, que será o resultado final da atividade.

O projeto-piloto (Itália) tem resultados específicos: capacitar os professores para ligar o conhecimento sobre temas científicos (por exemplo, as alterações climáticas) com questões de desenvolvimento, migrações e direitos humanos, reforçar as competências digitais/TIC (por exemplo, programação de aplicações, programas, jogos, etc.) de modo a enriquecer as turmas com o recurso a essas ferramentas no trabalho sobre desenvolvimento e migrações, impulsionando atividades interativas, cooperativas e criativas.

Um dos resultados esperados da formação de funcionários públicos, em todos os contextos, é a elaboração de um documento político ou plano de ação local, a apresentar em sessão pública, com a participação dos políticos locais e outros *stakeholders*.

3.1.2.2 Características e objetivos das ações de formação

No que diz respeito à execução das ações de formação, a organização está desenhada de modo a facilitar a participação dos grupos-alvo. Os dois cursos incluem **sessões teóricas e práticas**, e orientam-se pela partilha/elaboração de um quadro teórico e prático comum a diferentes atores.

Seguindo as linhas gerais do projeto, os **representantes de associações de migrantes** terão um **papel ativo** em cada curso, que integrará igualmente uma sessão com um especialista originário de um país africano.

Os principais objetivos das ações de formação são:

- aumentar a informação e as competências teóricas e práticas sobre as políticas de cooperação para o desenvolvimento, direitos humanos, migrações, principais atores e desafios;
- promover a compreensão do impacto transversal da cooperação para o desenvolvimento e as implicações a nível local;
- reforçar a consciência sobre o papel dos atores regionais e locais e dos professores e estudantes, pois todos, se bem que de forma diferente, são relevantes para a defesa e promoção do desenvolvimento e dos direitos humanos;
- fomentar oportunidades de construção de projetos de co-desenvolvimento;
- e, finalmente, sensibilizar os professores para o papel crucial que os alunos de turmas multiculturais podem desempenhar, enquanto impulsionadores de um crescimento inclusivo, justo e equitativo.

3.1.2.3 Metodologia e programas

Os dois cursos de formação estão estruturados em torno dos três famosos e clássicos elementos de um processo de aprendizagem: SABER, FAZER, SER.

SABER – Este elemento refere-se ao conjunto de competências e conhecimentos que os professores e os funcionários públicos devem ter para compreender, enquadrar e lidar com os fenómenos das migrações, do desenvolvimento e dos direitos humanos.

FAZER – Este elemento refere-se à tradução do conhecimento em capacidades práticas, por relação com a função e o contexto de atuação/local de trabalho.

SER – Este elemento é relativo às dinâmicas psicológicas e interpessoais que entram (direta ou indiretamente) na interação com migrantes e outros beneficiários. Influencia o processo de

desenvolvimento da relação entre competências, papéis e necessidades, dos indivíduos e grupos.

É conveniente clarificar que as duas ações de formação abordam cada um dos macro-temas (desenvolvimento, migrações e direitos humanos) e elementos de aprendizagem (Saber, Fazer, Ser) em sessões específicas, mas na base assume-se que a teoria e a prática estão intrinsecamente ligadas e não podem ser analisadas isoladamente. Da mesma forma, não é sustentável focar o conhecimento sem que se analise como é que ele é traduzido para a prática, e como é moldado por dinâmicas psicológicas e relacionais.

Formato: para facilitar a participação ativas dos funcionários e dos professores, as ações decorrerão uma vez por semana, em horário pós-laboral, com um máximo de 4 horas.

As salas deverão permitir a fácil movimentação do mobiliário e das pessoas, estando equipadas para a projecção de vídeos e a realização de atividades participativas e dinâmicas.

Em Itália, os dois cursos incluem a estadia na Scuola di Pace Monte Sole, para incorporar à formação uma vertente mais experiencial. Onde possível, é recomendável que cada país parceiro ofereça uma oportunidade semelhante.

Programas: a próxima secção apresenta orientações relativas aos recursos disciplinares a mobilizar para abordar eficazmente as múltiplas dimensões dos fenómenos em análise, bem como dos temas centrais de cada curso.

Recursos disciplinares: história, economia e estatística, dimensões sociológicas, aspetos e barreiras jurídicas, aspetos políticos e morais (multiculturalismo, implicações éticas), antropologia, comunicação, ciência&tecnologia, ‘valorização do local’ (autarquias locais, regiões, associações de migrantes), dimensão ecológica.

Temas: história da imigração/emigração e dados/fluxos recentes; modelos de multiculturalismo e integração; construção de imagens e narrativas de migrantes (também nos meios de comu-

nicação); contributo dos migrantes para a economia local/nacional e dados sobre os setores económicos predominantes; discussão crítica das normas/leis de regulação das migrações (entrada, autorização de residência, expulsão, etc.), estatuto de migrantes vulneráveis, história das políticas de cooperação para o desenvolvimento, conceitos, práticos e limitações (desenvolvimento económico, desenvolvimento humanos, co-desenvolvimento); história e possíveis concetualizações dos direitos humanos; abordagem ética aos direitos humanos, desenvolvimento e migrações; papel/atividade das autoridades locais e de outros agentes regionais/nacionais em cada uma das três dimensões; ciência, tecnologia e desenvolvimento&migrações; abordagem ecológica às migrações.

3.1.2.4 Atividades preparatórias

Em termos de atividades preparatórias, os passos mais importantes são: estabelecimento de contactos atempados com todos os envolvidos: os departamentos das autarquias locais (para além dos já estão inseridos no projeto), as escolas e as associações de migrantes, para garantir a cooperação efetiva e a participação nas ações de formação; seleccionar e recrutar o tutor, que colaborará na organização dos dois cursos; contactar universidades e centros de investigação, que podem apoiar com especialistas.

É igualmente necessário verificar com a devida antecedência a possibilidade de as ações de formação serem reconhecidas por uma universidade e, nesse caso, os participantes que a completassem com sucesso teriam um certificado formal e um determinado número de créditos (cada vez mais necessários a profissionais, tanto das escolas como das administrações locais).

3.1.3 “Nova geração de escolas” para alunos e jovens

(Contributo de Irina Vasiljeva)

Outra atividade com envolvimento direto dos cidadãos (neste casos, jovens/estudantes) são os laboratórios de formação nas escolas – a “nova geração de escolas”. Este foi o termo escolhido, por três razões:

- os tópicos abordados são importantes para as novas gerações, que vivem num mundo de relações de diversidade e interculturalidade;
- o recurso às redes sociais para criar e promover produtos aponta para a necessidade de recorrer a estes canais para comunicar os temas do projeto;
- o envolvimento dos jovens, não só como beneficiários mas também como atores responsáveis é a abordagem que as novas gerações devem ter: participativa e equitativa, reconhecendo as competências mútuas.

Apresentam-se de seguida os resultados esperados, os grupos-alvo, os objetivos e as ações, os métodos e as atividades preparatórias.

3.1.3.1 Resultados esperados e grupos-alvo

Esta ação é dirigida a grupos de 20 a 40 alunos do secundário, com idades entre os 14 e os 18 anos, incluindo jovens com percursos migratórios, e centra-se na sensibilização para questões de migrações, desenvolvimento, direitos humanos, diversidade cultural e diálogo intercultural. A atividade decorre em grupos e a inclusão de jovens com percursos migratórios pretende reforçar a sua participação e capacitação. Finalmente, o destaque dado à comunicação prende-se com o objetivo de reforçar as competências dos jovens na criação de produtos audiovisuais relacionados com os tópicos do projeto.

Características dos laboratórios:

A ação tem diversas atividades:

- Identificar projetos e atividades similares que existam localmente e desenvolver a cooperação entre os projetos.
- Criação de equipas locais AMITIE, responsáveis pelas atividades de comunicação nas redes sociais (Facebook, Twitter, etc.), partilhando os produtos que resultarem da formação e fazendo a ligação a escolas noutros países.
- Organização de atividades de formação em contexto de educação não-formal. Estas atividades, com módulos teóricos e práticos, terão uma duração total entre 40-60 horas. Na parte teórica serão abordadas questões relevantes para as migrações, desenvolvimento, direitos humanos, diversidade cultural e diálogo intercultural. Os alunos aprenderão a trabalhar com as redes sociais na promoção da mensagem do projeto. Nas sessões práticas, os alunos poderão usar os conhecimentos teóricos e construir materiais audiovisuais, que serão utilizados nos eventos e atividades públicos e nas redes sociais.
- Criação de um prémio internacional, em cooperação com a Coligação Europeia de Cidades contra o Racismo (ECCAR), para materiais audiovisuais sobre os temas do projeto, aberto a jovens e a grupos formais ou informais.
- Organização de um evento final em cada país parceiro, promovendo a participação dos *stakeholders* nacionais e particularmente das famílias dos estudantes, para a apresentação dos resultados do projeto e dos materiais de comunicação produzidos nos laboratórios.

3.1.3.2 Metodologia e programas

A ação destina-se a jovens, incluindo com percurso migratório, de diferentes escolas.

As atividades são supervisionadas por um facilitador local, com experiência nos seguintes tópicos: educação não-formal, direitos humanos, migrações e diálogo intercultural. O facilitador deve montar e coordenar o trabalho das equipas locais de jovens e garantir a ligação aos alunos, apoiar as atividades de comunicação e funcionar como ponto de contacto na organização do evento de visibilidade final.

Participam igualmente na ação especialistas em redes sociais e na criação de materiais audiovisuais (representantes de ONG ou outras organizações que trabalhem profissionalmente no desenvolvimento de materiais audiovisuais).

Os métodos de trabalho facilitam a troca de informação e a tomada de consciência e integram uma formação holística para novas competências, como, por exemplo, conhecimentos, competências e atitudes. O programa está desenhado numa base de aprendizagem mútua, onde os jovens têm novas experiências e podem comparar diferentes pontos de vista e opiniões sobre questões de migrações, direitos humanos e desenvolvimento. Os participantes experimentam novas formas de promoção de imagens positivas das migrações através da comunicação que desenvolvem no quadro do projeto. A metodologia inclui métodos baseados na comunicação (interação, diálogo, discussões abertas), em atividades (troca de experiências, simulações, prática e experimentação), na interação social (parcerias, trabalho de grupo, redes) e na personalidade individual (criatividade, descoberta, responsabilidade, ação) para analisar os temas numa linguagem acessível.

Propõem-se os seguintes tópicos/módulos:

Migrações, desenvolvimento e direitos humanos

- Razões e compreensão das migrações.
- Contexto local/internacional na zona de origem dos fluxos migratórios e papel da migração nos alunos, interconexão entre os níveis local e internacional.
- Interconexão entre migrações e direitos humanos fundamentais, documentos importantes (Declaração universal dos Direitos Humanos, convenções europeias), organizações que trabalham no terreno, local e internacionalmente.
- Cobertura de “casos reais”, contacto com pessoas com percursos migratórios.
- Cobertura das migrações nos meios de comunicação locais, com o objetivo de desenvolver um pensamento crítico sobre o tema.

Aprendizagem intercultural

- Compreensão do diálogo intercultural, pré-condições para o diálogo e desenvolvimento de competências interculturais relacionadas com o tema (empatia, respeito pela diversidade, abertura à ambiguidade etc.).
- O papel do diálogo intercultural na construção de imagens positivas das migrações.
- Experiência prática e “vivência do diálogo”.

Comunicação das migrações

- Teoria: redes sociais e sua utilização como veículo de mensagens (imagens negativas e positivas, papel das redes sociais). Exemplos possíveis: movimento contra o discurso de ódio do Conselho da Europa (<http://www.nohatespeechmovement.org/>).
- Desenvolvimento técnico de páginas de Facebook.
- Desenvolvimento de pequenos vídeos ou animações

(www.multenkulten.lv, <https://www.youtube.com/channel/UCAvNUabCm7Dih70vEdp5hw> – exemplos de cartoons feitos por jovens).

- Questões práticas (elaboração de materiais audiovisuais: páginas de Facebook e cartoons).
- Para além dos materiais impressos ou audiovisuais produzidos no quadro do AMITIE, a formação pode recorrer aos seguintes recursos:
- Conselho da Europa: <http://www.coe.int/en/web/compass/resources>
- “Ferramentas para imagens positivas” da Cruz Vermelha <http://www.redcross.org.uk/What-we-do/Teaching-resources/Teaching-packages/Positive-Images>

Atividades preparatórias

Para facilitar a implementação da formação, os parceiros devem assegurar atempadamente a seleção do facilitador e dos especialistas envolvidos na ação, bem como o processo de divulgação entre os potenciais participantes. Em termos de organização, é fundamental escolher um bom local.

3.1.4 Disseminação e comunicação (Contributo de Gianluca Grassi)

O AMITIE CODE tem a ambição de alargar a consciência dos cidadãos e das autoridades europeias para as questões de migrações, desenvolvimento e direitos humanos, numa altura em que assumem um lugar de destaque no debate global.

Cientes de que o cidadão devidamente informado sabe reconhecer e rejeitar os estereótipos que repetidamente impedem o processo de integração, um dos pontos fulcrais do projeto é o recurso à comunicação como instrumento ativo que pode fazer dos cidadãos atores e multiplicadores.

A comunicação pode igualmente aumentar as oportunidades para o intercâmbio, não apenas numa dimensão europeia mas também com países que, a longo prazo, podem beneficiar com as atividades. No continente africano, particularmente, a ligação à Internet é uma verdadeira revolução, com acesso mesmo em zonas com poucas infraestruturas. A comunicação será determinante a três níveis:

- **Local:** sensibilizar as comunidades para a relevância de investir no diálogo intercultural e para renovar o compromisso das autarquias locais com a cooperação internacional, enquanto instrumento de desenvolvimento económico dos territórios.
- **Europeu:** reforçar a visibilidade do papel das autoridades locais e da sociedade civil na dinamização de um diálogo regular sobre políticas migratórias e estratégias de cooperação para o desenvolvimento na União Europeia.
- **Internacional:** disseminar as atividades do projeto e estabelecer novos contactos na cena internacional, particularmente nos países-alvo do projeto, envolvendo parceiros fora da Europa.

Para alcançar estes objetivos, estão previstas diferentes atividades de comunicação: **equipas editoriais de redes sociais**, com-

postas por estudantes e associações que participam nas atividades do AMITIE e que assumem o papel de porta-vozes locais na promoção das mensagens. Esta estratégia ajuda a promover o debate nos países parceiros e a sensibilizar as autoridades para a integração dos temas nas políticas.

Através das redes sociais, os parceiros estabelecem ligações com as páginas e *hashtags* utilizadas internacionalmente por instituições, ONG e grupos de defesa dos direitos humanos, amplificando as atividades de comunicação individuais.

A comunicação serve também para aumentar a visibilidade sobre as ações de outros atores nos domínios abrangidos pelo projeto. Para além disso, é pela comunicação que se transformam os jovens protagonistas em promotores diretos, deixando-os experimentar o papel que podem ter na afirmação da importância do diálogo intercultural e da cooperação para o desenvolvimento nas comunidades onde vivem.

Para alcançar estes objetivos, os parceiros recorrem a ferramentas *online/offline* e a ações de comunicação. Destacam-se as ferramentas *online*, com **novas tecnologias e novos meios**, pois possibilitam uma difusão para audiências muito mais vastas.

Segue-se uma abordagem **participativa**, envolvendo todos os parceiros, beneficiários e associações na produção de conteúdos e materiais. Os canais *online*:

- A **página web**, ferramenta de informação geral, sistematicamente atualizada, sobre as atividades do projeto e da rede. Ponto de ativação de novos contactos e de utilizadores dispostos a interagir com o projeto.
- Conta **Twitter** e canal **YouTube**, geridos diretamente pelos parceiros, com campanhas de disseminação de todos os materiais. O Twitter é usado fundamentalmente para a dinamização de grupos de interesses, incluindo os parceiros e as suas redes, estudantes, associações e comunidades estrangeiras, de forma criar uma comunicação direta (#AmitieCode,

até ao final de 2015 #AED2015)²².

- A página de **Facebook** do AMITIE CODE é fundamental, tanto como plataforma de disseminação e partilha como enquanto meio para a ativação das equipas editoriais criados nos laboratórios das escolas. Os estudantes animam a página, assim adquirindo prática na utilização de redes sociais como instrumento de partilha de questões importantes. Com esta atividade, os jovens são sensibilizados para o seu papel enquanto portadores de mensagens de solidariedade e integração, aprendendo a usar as redes sociais para ultrapassar fronteiras geográficas, sendo elementos de interdependência, desenvolvimento e promoção da cidadania global. Este é também um estímulo para a prevenção do *cyber-bullying* que, nalguns contextos, foi exercido sobre crianças de origem estrangeira²³.
- A **aplicação interativa** para telemóveis e computadores, com uma exposição em realidade virtual, acessível a todos e com a qual todos podem interagir. Recorrendo a novas tecnologias, permite a visita virtual às atividades e projetos que caracterizam as realidades dos parceiros, retratando também as mudanças ocorridas em países que beneficiaram de projetos de cooperação.
- Um **ciclo de cinema itinerante**, recorrendo à linguagem de filmes e documentários para comunicar os temas do projeto.
- **Websérie profissional**. Trata-se de uma ferramenta inovadora pensada para captar uma audiência habituada a recorrer a conteúdos disponíveis *online*. A websérie será produzida com recursos a atores e à experiência local. Será lançado um concurso internacional para a sua produção e para a recolha de ideias e pontos de vista que possam facilitar a disseminação dos temas do projeto. A produção dos episódios nos

22 twitter.com/AMITIEproject

23 www.facebook.com/AMITIEproject/

países parceiros pode ser uma oportunidade para ver como diferentes culturas abordam a mesma questão de formas e com linguagens diversas.

- Para além da websérie profissional, será criado um **prémio internacional**, dirigido ao público em geral e aos protagonistas das atividades. Os professores, funcionários e estudantes transformam-se em artistas, fotógrafos, atores, realizadores e argumentista, transmitindo as suas ideias através de linguagens visuais artísticas. Os três melhores projetos integrarão o evento final em Loures (Portugal).

Para comunicar todo o projeto e garantir a transparência, é fundamental partilhar a informação com os meios de comunicação através de comunicados, conferências de imprensa, *newsletters* e vídeos. No momento em que se elabora este manual, o anúncio público internacional para projetos de comunicação criativos e inovadores sobre migrações, desenvolvimento e direitos humanos, lançado antes do **Festival Terra di Tutti Art Festival** recolheu 50 propostas na Europa, tendo sido selecionados e produzidos 12 projetos durante o Festival.

As mensagens produzidas pelos parceiros querem salientar os elementos de interdependência entre as migrações e o desenvolvimento, e refletir sobre as formas de melhorar as condições económicas em países em dificuldades e promover os direitos humanos em zonas de emergência, criando assim benefícios diretos para os cidadãos da União Europeia. Aplica-se a filosofia Ubuntu “Eu sou porque nós somos” ou “Uma melhor África para um melhor Mundo”, multiplicando a **necessidade de reconhecer as vozes de África e do Sul** no diálogo, tanto em contextos multiculturais europeus, a nível local, como para a cooperação descentralizada.

3.2 Identificar e mobilizar atores relevantes

(Contributo de Heike Kölln-Prisner)

Uma das questões metodológicas centrais é a mobilização dos atores relevantes, Mas quem é “relevante” para o AMITIE CODE? Tendo em consideração os compromissos assumidos pelos parceiros em relação aos valores, todos são relevantes! A adoção de uma abordagem baseada em direitos humanos é uma prática que deve ser integrada nas decisões quotidianas de diferentes atores, a diversos níveis.

O projeto pretender chegar aos jovens, aos estudantes, aos professores, às autoridades locais, aos funcionários e aos decisores políticos, às organizações da sociedade civil, às associações da diáspora e de cidadãos, pela implementação de atividades desenhadas para serem vistas e reconhecidas pelos beneficiários. Este envolvimento, porém, significa mais do que expor uma comunidade a certos temas; implica a execução de eventos de grande impacto mas também garantir a participação dos *stakeholders* relevantes.

Identificar as experiências existentes e incluí-las no processo é um primeiro passo, tanto a nível local como nacional. Os parceiros podem aprender com as respetivas experiências, pois o exercício de identificação é feito de diferentes pontos de vista, procurando comparar, partilhar e acrescentar ideias dos outros.

A lista de *stakeholders* em migrações, desenvolvimento e direitos humanos integra, entre outros:

- Departamentos municipais (questões sociais, saúde, educação, cultura, ambiente, mobilidade, igualdade de oportunidades e outros).
- Organizações interculturais e de migrantes.
- Organizações de direitos dos consumidores, de moradores, ambientais.
- Instituições do mercado laboral, como sindicatos, empresas e a suas organizações representativas, agências de emprego.

- Organizações culturais (associações, bibliotecas, museus, centros comunitários locais, etc.).
- Partidos políticos.
- Organizações de direitos humanos.
- Organizações de desenvolvimento.
- Organismos educativos, como escolas, centros de formação profissional, universidades.
- Meios de comunicação social.

Após a identificação, os *stakeholders* são convidados a participar nas atividades. Cabe a cada parceiro ativar e manter a sua própria rede.

É fundamental demonstrar os **benefícios da participação**: mais conhecimento e capacidade de ação, partilha e cooperação com atores da comunidade, visibilidade das ações e experiências individuais, construção de parcerias para futuras colaborações. Alguns *stakeholders* poderão apenas receber informação, outros podem querer participar em ações mais próximas das suas áreas de atividade; outros, finalmente, poderão ser fundamentais para algumas atividades do projeto.

Os principais *stakeholders* são: **escolas** (acesso a estudantes e professores), **associações de migrantes** (conhecimento e capacidade de chegar a diferente comunidades) e representantes das autoridades locais, para a promoção da formação dos funcionários e mobilização de outros atores da cidade.

No início do projeto, os parceiros que lideram a ação a nível nacional irão criar uma **plataforma para os stakeholders**. Esta plataforma pode ser digital ou integrada numa lista de distribuição, para garantir a circulação de informação, com possibilidade de acrescentar contributos, estabelecer contactos e e influenciar o projeto. Por esta via, as partes interessadas podem ser parceiros e atores, pelo que é necessário encontrar formas de coordenação e interação *offline*. Os *stakeholders* são um fator importante para a estratégia de sustentabilidade do projeto porque podem trabalhar

com os produtos, desenvolver relações com outros parceiros na comunidade e de forma mais geral, com ganhos em termos de capacitação.

O projeto prevê a organização de dois eventos de **atração de stakeholders**, com o objetivo de alcançar os que, na comunidade ou autarquia, estão interessados, preocupados e ativos relativamente aos tópicos. Os eventos decorrerão numa fase inicial do projeto, como ponto de partida para a cooperação a nível local. As redes já existentes podem juntar-se à planificação destes eventos, cujas características organizativas devem seguir o padrão local/nacional (local, convites, programa, etc.)

3.3 Coordenação e gestão

As regras de coordenação e gestão seguem os mesmos valores comuns assumidos pelos parceiros – inclusão, transparência, diversidades, igualdade de direitos –, válidos tanto dentro como fora do contexto do projeto.

3.3.1 Coordenação técnica e gestão do projeto (Contributo de Miles Gualdi)

A gestão e coordenação técnica do projeto é participativa e partilhada pelos parceiros, de acordo com as competências e experiências que podem aportar à parceria. Uma das características singulares do AMITIE CODE é a participação de diversos parceiros em cada contexto local: ONG e autarquias, universidades e centros de investigação são membros ativos na implementação do projeto, bem como uma organização da diáspora, garantindo assim que os migrantes não são apenas beneficiários mas agentes efetivos.

As regras de gestão estão expressas no Acordo de Parceria

assinado pelos parceiros, de acordo com os termos do contrato assinado entre a Comissão Europeia e o coordenador do projeto. O Acordo de Parceria é um compromisso relativamente aos papéis e regras dos parceiros na implementação do projeto.

É no quadro do **comité de direção** que se tomam as decisões, se monitoriza o desenvolvimento do projeto e se faz a sua avaliação interna. Perante as competências técnicas de cada parceiro, alguns membros têm um papel mais ativo na coordenação técnica, mas todos participam no comité de direção.

O **coordenador do projeto** lidera o comité de direção, garantindo que todo o projeto responde às obrigações contratualizados no Acordo de Subvenção com a União Europeia. Assim, o Município de Bolonha, através do Gabinete de Cooperação e Direitos Humanos, tem a responsabilidade de monitorizar o cumprimento de prazos e o respeito pelo orçamento do projeto e pelas regras financeiras definidas pela Comissão Europeia: garante o regular fluxo de informação entre os parceiros, promovendo a troca de dados, informações e opiniões para além das reuniões do comité de direção e assegura a ligação entre o comité de direção e a Comissão Europeia.

A **gestão financeira do projeto** está a cargo do Município de Bolonha, mais concretamente do Gabinete de Relações Internacionais e Projetos Europeus. Os parceiros devem respeitar as regras definidas pela Comissão Europeia, particularmente os seguintes princípios: custo-eficácia, transparência, concorrência, evitar os conflitos de interesses e a abertura a qualquer entidade natural ou legal dos Estados membros da União Europeia.

O CD-LEI, gabinete inserido no departamento cultural e de educação do Município de Bolonha, participa ativamente nas atividades dos laboratórios das escolas.

O coordenador do projeto nomeia um gestor de projeto e um gestor financeiro, que são os pontos de contacto para todos os parceiros no que se refere à implementação das atividades e à gestão financeira, respetivamente. Cada parceiro, por seu lado,

designa um coordenador local, que garante a implementação das atividades locais do projeto e tem assento no Comité de Direção, assegurando a ligação ao líder do projeto.

Com uma parceria ampla e diversa, o projeto AMITIE CODE reconhece que cada parceiro tem competências institucionais e organizacionais específicas. Para tirar partido desta diversidade e promover efetivamente uma participação, cada pacote de trabalho (conjunto de atividades, normalmente conhecido pela sigla inglesa *work-package*/WP) é coordenado tecnicamente por parceiros com competências específicas, os chamados líderes de WP.

3.3.2 Supervisão e avaliação

(Contributo de Chiara Marchetti)

Dada a complexidade e natureza qualitativa da mudança ambientada pelo projeto, é importante garantir que a **supervisão dos resultados** é um objetivo central. O projeto é acompanhado e avaliado por um avaliador externo – CEFA onlus, entidade não-estatal sedeadada em Bolonha – que assume a responsabilidade de elaborar os relatórios de avaliação (inicial, intermédio e final), em coordenação com os outros parceiros e o grupo de supervisão, que tem a tarefa específica de fornecer aos parceiros as ferramentas de supervisão e avaliação.

A **supervisão** pode ser definida como a recolha, análise e utilização de informação, de forma sistemática e contínua, para controlo da gestão e da tomada de decisão. A implementação é pensada como processo contínuo de aprendizagem, no qual a experiência adquirida é analisada e incorporada na planificação e na atualização das estratégias de implementação. A supervisão do projeto gera informação através da qual a gestão pode identificar e resolver problemas de implementação e avaliar os progressos alcançados.

A **avaliação** é uma apreciação, tão sistemática e objetiva quanto possível, do desenho, implementação e resultados de um projeto, programa ou política, concluído ou em execução. O processo de avaliação analisa a relevância e o cumprimento dos objetivos em termos de eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade. A avaliação deve fornecer informação credível e útil, que permita a incorporação de lições aprendidas no processo de tomada de decisão, tanto de recetores como de doadores. **Supervisionar e avaliar são processos interativos, que se apoiam mutuamente;** é importante integrar atividades de avaliação ao longo do decorrer do projeto, salientando o potencial de “mecanismo de retorno” dessa opção.

A metodologia proposta foi já aplicada, com sucesso, no projeto AMITIE. Segue e integra a metodologia usada pelo Fundo Europeu de Integração, com **três categorias de indicadores:** indicadores de realização, que servem para descrever a avaliar o número de atividades executadas; indicadores de resultados, que medem a concretização dos objetivos específicos das atividades do projeto; indicadores de impacto, que resumem a mudança provocada pelas atividades do projeto no contexto de referência, ou seja, o impacto no local.

Em paralelo com a utilização de indicadores, a avaliação incorpora duas diferentes **dimensões transversais**. Em teoria, todas as ações de um projeto são parte de um processo contínuo que deve demonstrar a relação entre os seus componentes (os WP) e entre os temas abordados em cada WP. Ou seja, um projeto não deve ser a soma das partes (muitas ações paralelas podem não provocar estímulos mútuos) mas sim um **processo incremental e transformador** relativamente aos atores individuais envolvidos e à comunidade no seu todo (local e transnacional). Na prática, após um projeto internacional, os atores individuais e os territórios devem ser afetados não apenas pelas ações diretamente promovidas e executadas, mas também pelo trabalho desenvolvidos por outros e noutros locais, noutros WP. Resumindo,

estas dimensões transversais e interligadas devem considerar os seguintes elementos:

a) **Ação:** todos os aspetos relativos à realização do projeto nos seus diferentes significa documentar as ações e o desenvolvimento do projeto (“instantâneos” das atividades nos diferentes territórios);

b) **Processo:** atenção à documentação relativa aos dados em termos de participação efetiva e mudança (podemos medir uma “alteração” relevante no conhecimento, na tomada de consciência, na participação? Atinge os participantes ou ultrapassa-os, refletindo-se na sociedade no seu todo. Esta opção metodológica permite à equipa de avaliação e a todos os parceiros terem, simultaneamente, em consideração os *eventos* (se as atividades foram ou não realizadas, de acordo com o indicado no projeto), o *processo de participação* que foi ativado (tipo de sujeitos implicados nas atividades) e o *processo de mudança* (que tipo de transformações ocorreram que possam ser diretamente atribuídas ao projeto).

A supervisão e avaliação são parte integrante do projeto; são um **elemento que orienta o processo** ao longo do seu desenvolvimento, e não uma tarefa a desempenhar no final. Tem que ser um elemento de reflexão no início e durante a execução do projeto (como compreender os principais elementos de qualidade do processo).

Se a avaliação for considerada como um “processo incremental”, então pode ser útil retomar os resultados e limites do anterior projeto AMITIE.

Para conseguir maior inovação e eficácia, alguns elementos do processo devem estar “salvaguardados” e alguns riscos devem ser evitados. Há um risco de **compartimentalização dos tópicos:** por exemplo, separar as migrações do desenvolvimento, daí que seja importante avaliar a inovação em novas palavras-chave transversais aos temas abordados em diferentes territórios e WP; um **risco de fragmentação entre diferentes partes do**

projeto: por exemplo, alguns grupos produzem reflexões sobre os temas do projeto, enquanto outros produzem as “ferramentas” de comunicação, sem que haja um contacto direto entre eles; um risco de **envolvimento de atores que já estão sensibilizados e participam habitualmente nas atividades:** um projeto similar precisa de alargar o público e o impacto na sociedade no seu todo – assim, é crucial implementar diferentes estratégias para convidar pessoas a participar nos eventos do projeto e introduzir este aspeto no processo de avaliação; **um risco de fragmentação contínua entre as agendas institucionais** – nos municípios, nas administrações locais e frequentemente também no terceiro setor e nas ONG é comum que os temas do AMITIE CODE sejam abordados em diferentes setores/departamentos: política social, planeamento, cooperação internacional, etc. Para que haja um impacto positivo, a abordagem holística deve ser avaliada ao longo de todo o projeto, reportando, por exemplo, a presença de diferentes atores em simultâneo nos mesmos eventos/atividades.

Alguns elementos são particularmente significativos e devem, assim, ser sublinhados no desenvolvimento do projeto:

- **Parcerias locais inovadoras e parcerias trans-locais**, com atenção à participação de associações dos países de origem (por exemplo, Tavolo Reggio-África);
- **Metodologias de formação** desenvolvidas de forma concreta (*outputs* do projeto, como exercícios, padrões de acolhimento, novas programas escolares), para incentivar uma partilha real entre diferentes sujeitos, criando redes estáveis;
- Verdadeira **ativação de novos sujeitos**, como estudantes de segunda (ou mais) geração, utilizando os seus produtos de comunicação na rede institucional.

A avaliação recorre a um número limitado de ferramentas metodológicas, facilmente adaptáveis aos contextos locais e à vontade dos coordenadores. Cada ferramenta responde a diferentes aspetos e contém elementos úteis para “medir” e avaliar as atividades, os WP e o projeto no seu todo, com recurso a diferentes indica-

dores e a dimensões transversais. A equipa de supervisão fornece aos líderes de cada pacote de trabalho os instrumentos metodológicos, com ferramentas específicas de avaliação e exemplos da forma como devem ser utilizadas. Alguns exemplos são:

FERRAMENTA 1 – Registo de participação e folha de dados

Os parceiros devem preencher um registo de participação para cada evento, com a informação necessária para a avaliação, com atenção particular à correta identificação do perfil dos participantes. O registo está estruturado com o objetivo de obter resultados de realização e de resultados, para avaliar o que foi feito (realização) e comparar com as expectativas existentes (resultados).

FERRAMENTA 2 – Notas de campo

O coordenador local deve registar notas de campo durante o projeto, especialmente no decorrer das principais atividades. As notas de campo são uma ferramenta qualitativa e etnográfica que ajuda tanto quem as regista (o coordenador) como quem as lê (a equipa de avaliação) a capturar alguns elementos chave indetectáveis em instrumentos quantitativos, como os questionários. As notas de campo podem conter comentários pessoais do coordenador, a descrição de algum elemento inesperado que surja na atividade, as expectativas da equipa, as opiniões relativamente à capacidade efetiva de contribuir para a mudança no território, etc.

FERRAMENTA 3 – Questionário

No início e no fim de algumas atividades selecionadas, distribuem-se questionários aos participantes (aos que estão a chegar e aos que estão a sair). As questões são estruturadas com base nos indicadores de “impacto” (protagonismo dos migrantes, inovação comunicacional, alterações na sensibilidade coletiva, repensar a contribuição dos migrantes para o desenvolvimento, etc.). Os questionários têm baterias de questões curtas e fechadas, com algum espaço para reflexões subjetivas.

FERRAMENTA 4 – Grupos focais

Os grupos focais organizados pela equipa de avaliação decorrem nos eventos internacionais de Sevilha, Riga e Loures. Envolvem os coordenadores e as equipas locais, que serão entrevistados sobre o projeto e o seu impacto global, sobretudo em questões transversais.

coordinador do projeto:



Comune di Bologna

parceiros do projeto:



RIGAS DOMES
IZGLITIBAS KULTORAS
UN SPORTA DEPARTAMENTS



LATVIJAS CIVILKTESIBU
CENTRS
LATVIAN CENTRE FOR HUMAN
RIGHTS



ALAMEDA INSTITUTO DE EDUCACION
ENFERMERIA E DE BILINGUA
MEDI EN GALICIA
INSTITUTO DE ENFERMERIA E
INTEFERVENCO UNMANITARIAS



www.gvc-italia.org



Reggio Emilia
città
delle persone
COMUNE DI
REGGIO NELL'EMILIA



LRS
LOURES
câmara municipal



CEIOIUL
CENTRO DE ESTUDIOS INTERNACIONAIS
INSTITUTO UNIVERSITARIO DE LISBOA



MAIRIE DE
TOULOUSE
www.toulouse.fr



affiliated partner: Cittalia